

## OS GASTOS SOCIAIS DO GOVERNO FEDERAL E A CARGA TRIBUTÁRIA BRUTA: ALGUMAS OBSERVAÇÕES

Geraldo Biasoto Junior<sup>1</sup>

Há alguns anos, as seguidas elevações da Carga Tributária Bruta têm sido explicadas pelos gestores das políticas governamentais em virtude da necessidade de se elevarem os gastos sociais e as transferências de renda à população carente. Especialmente em momentos em que têm lugar iniciativas governamentais para elevar impostos e contribuições, os gastos sociais transformam-se em alegação para a necessidade premente de alargamento da tributação, seja via alíquotas, seja via crescimento das bases de incidência do sistema tributário.

A série histórica dos gastos sociais federais não demonstra uma realidade que legitime a recorrente invocação do gasto social para legitimar as constantes e recorrentes incursões do fisco sobre a renda privada. Conquanto uma série longa – num país onde a instabilidade das instituições ainda é expressiva e o processo inflacionário tenha maculado, por muitos anos, a correta aferição das contas públicas – envolva um amplo conjunto de dúvidas, a Tabela 1 pode ensejar, com razoável grau de confiança, uma interessante reflexão sobre os números.

**TABELA 1. GASTO SOCIAL FEDERAL, 1980-2007**

Anos	Gasto Social Federal/PIB	Previdência Social/PIB	Outros Gastos Sociais/PIB	Carga Tributária Bruta	Outros Gastos Sociais/ CTB	Gasto Social Federal / CTB
1980	9,3	3,2	6,1	24,6	24,63%	37,80%
1985	10,3	3,3	7,0	23,8	29,64%	43,37%
1990	11,8	3,1	8,7	28,8	30,23%	41,00%
1994	11,8	3,8	8,0	29,8	26,79%	39,66%
1995	12,2	5,0	7,2	29,4	24,55%	41,48%
1996	12,3	5,3	7,1	29,1	24,24%	42,28%
1997	11,5	5,2	6,4	29,6	21,52%	38,94%
1998	12,3	5,8	6,5	29,6	21,90%	41,33%
1999	12,2	5,8	6,4	31,7	20,21%	38,35%
2000	12,6	5,8	6,8	30,7	22,12%	40,91%
2001	13,0	6,0	7,0	32,0	21,88%	40,63%
2002	12,9	6,1	6,8	33,2	20,54%	38,86%
2003	13,0	6,5	6,4	32,7	19,66%	39,60%
2004	13,2	6,7	6,6	33,6	19,49%	39,29%
2005	13,8	7,0	6,8	35,2	19,32%	39,20%
2006	13,8	6,5	7,3	35,1	20,85%	39,32%
2007	14,2	7,0	7,2	36,5	19,70%	38,90%

Fontes: CASTRO, J. A. et alii, *Gasto Social e Política Macroeconômica: Trajetórias e Tensões no Período de 1995-2005*; IPEA TD 1324, Brasília, 2008; *Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise*, n.16, Brasília, 2008; FERNANDES, M. A. *Dimensionamento do Gasto Social Federal*, IPEA TD 547, Brasília, 1998; DRAIBE, S., *América Latina: o Sistema de Proteção Social na Década da Crise e das Reformas*. Caderno 30, NEPP/UNICAMP, Campinas, 1995.

<sup>1</sup> Diretor Executivo da FUNDAP e Professor licenciado do Instituto de Economia da UNICAMP.

O primeiro aspecto a notar é que o gasto social federal subiu, entre 1980 e 2007, de 9,3% para 14,2% do PIB. A decomposição entre gastos com previdência e demais gastos sociais mostra que a previdência social foi responsável por nada menos que 77% dos 4,9% do PIB que o gasto social federal total avançou.

A análise da série do Gasto Social Federal mostra que alguns períodos podem ser delineados. Nos anos 80, a faixa dos 10% do PIB apresentou-se como dominante. Na década de 90, o patamar de 12% do PIB foi predominante. Já na primeira década deste século, o patamar de 13% do PIB consolidou-se com tendência de alta no final da série.

O fato mais surpreendente, entretanto, é que – excetuados os gastos com a previdência social<sup>2</sup> – a série do gasto social federal não mostra uma tendência clara de expansão. Os anos de 1990 e 1994 são os de pico, superando 8% do PIB. Embora esses anos possam inserir algum viés – decorrentes dos Planos Collor e Real – não há dúvida de que o passado recente encontra-se em patamar inferior ao acima referido. Além disso, na comparação entre os governos FHC e Lula, os dados não permitem inferir que o segundo tenha sido mais preocupado com o social. Ao contrário, os números mostram imenso equilíbrio.

A comparação com a Carga Tributária Bruta (CTB) pode mostrar outro aspecto do gasto social federal: o esforço realizado pela administração para com os gastos sociais no contexto da política fiscal. Os dados mostram uma expressiva estabilidade dos gastos sociais federais como proporção da CTB num patamar de 40%. Esse comportamento, no entanto, foi garantido pela previdência social. A análise de tendência da relação entre outros gastos sociais (exclusive previdência) e PIB mostra que a elevação da CTB é acompanhada por uma redução da participação dos outros gastos sociais.

As breves reflexões aqui realizadas têm o objetivo de reforçar o caráter complexo das políticas sociais e dos gastos a elas relativos, apontando para a necessidade de uma reflexão mais cuidadosa e desapaixonada, e mais isenta de ideologias, para que seja possível discutir, com o mínimo de qualidade, uma questão tão crucial para o país.

---

<sup>2</sup> Entende-se por previdência social o conjunto das aposentadorias e pensões vinculadas ao regime geral e benefícios acidentários. Nesse cálculo de previdência, não foram incluídas as aposentadorias e pensões do serviço público, a renda mensal vitalícia e os benefícios do idoso e do deficiente (LOAS). Todos esses valores fazem parte da totalidade do gasto social federal.